



**ANEXO 04**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 036/2026**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO E \_\_\_\_\_.

**O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.612.537/0001-90, com sede no Centro Administrativo Municipal, na Rua Dr. João Freitas, nº 75, Passo Fundo/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Pedro Cezar de Almeida Neto, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 657.414.550-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico nº 036/2026**, conforme consta do **Processo Interno Eletrônico 2026/11566**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal 23/2023 e as condições seguintes:

**1.0 – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1 – O presente tem por objetivo a contratação de empresa registrada no CREF, especializada em serviços de arbitragem para jogos e campeonatos realizados e apoiados pela Secretaria de Esportes no ano de 2026, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.

1.1.1 – Os locais, as datas e os horários dos eventos serão informados diretamente à empresa Contratada, podendo os mesmos sofrer alterações, cabendo à Secretaria requisitante, mediante aviso prévio, a comunicação das alterações à Contratada.

1.1.2 – Para a execução do Contrato, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, veículos e mão de obra suficiente e adequada para o desempenho dos serviços apresentados na proposta, atendendo as normas técnicas específicas e vigentes, nos termos exigidos no Edital e seus Anexos.

1.1.3 – O transporte, a alimentação, a hospedagem do pessoal que prestará o serviço, em todo o evento, correrão por conta da Contratada.

1.1.4 – A Contratada deverá, quando necessário, fornecer ao pessoal que prestará o serviço licitado, uniformes, crachás, EPI's (equipamento de proteção individual) e demais materiais que se fizerem necessários ao desempenho das atividades.

1.1.5 – É de responsabilidade da empresa vencedora da licitação a retirada de súmulas, bolas e quaisquer outros materiais referentes à realização dos jogos, bem como, providenciar a entrega/devolução das mesmas na Secretaria de Esportes num prazo máximo de 24 horas após a realização dos jogos.

1.2 – Demais informações pertinentes ao objeto do contrato estão detalhadas nos anexos do edital.

**2.0 – DO PAGAMENTO**

2.1 – O preço total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme detalhado.

ITEM	Nº JOGOS	DESCRIÇÃO
01	90	Campeonato municipal de futebol de campo – 1ª divisão/Secretaria de Esportes 2026:



ITEM	Nº JOGOS	DESCRIÇÃO
		* 01 (um) árbitro; * 02 (dois) bandeiras; * 02 (dois) árbitros auxiliares; * 01 (um) mesário; * 02 (dois) gandulas adultos. Tempo oficial 2 tempos de 45 minutos.
02	130	Campeonato municipal de futebol de campo – 2ª divisão/Secretaria de Esportes 2026: * 01 (um) árbitro; * 02 (dois) bandeiras; * 01 (um) mesário; * 02 (dois) gandulas adultos. Tempo oficial. 02 tempos de 45 minutos.
03	60	Campeonato municipal de futebol de campo, veteranos/Secretaria de Esportes 2026: * 01 (um) árbitro; * 02 (dois) bandeiras; * 01 (um) mesário; * 02 (dois) gandulas adultos. Tempo oficial. 02 tempos de 40 minutos.
04	60	6º jogos de integração futsal masculino e feminino: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 02 tempos de 10 minutos.
05	40	6º jogos de integração voleibol de quadra, masculino e feminino: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 01 set (um) de 30 pontos
06	120	Campeonato municipal de futsal masculino, categoria base: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 02 tempos de 15 minutos.
07	90	Campeonato municipal de vôlei de quadra, categoria de base: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 02 sets (dois) de 25 pontos e 01(um) set de 15 pontos.
08	80	Copa passo fundo de vôlei de praia: * 01 (um) árbitro; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 1 set de 21 pontos.
09	100	Copa passo fundo de futebol 7, categoria de base – sub 11, sub 13, sub 15: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 02 tempos de 10 minutos.
10	40	Copa passo fundo de futevôlei: * 01 (um) árbitro; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 1 set de 18 pontos
11	60	Copa passo fundo de volei de quadra mirim e infantil feminino: * 03 (três) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 2 sets de 25 pontos + 1 set de 15 pontos
12	70	Copa UAMPAF de futsal - categoria mirim: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário



ITEM	Nº JOGOS	DESCRIÇÃO
		Tempo oficial. 2 tempos de 15 minutos
13	50	Campeonato municipal de volei de quadra - categoria adulto masculino e feminino: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial. 2 (dois) set's de 25 pontos e 01(um) set de 15 pontos
14	40	Campeonato municipal de futsal adulto feminino: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário Tempo oficial. 2 tempos de 20 minutos
15	50	Tacinha passo fundo de futsal: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário.
16	40	Associação de surdos – futsal: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário. Tempo oficial - 2 tempos de 20 minutos
17	40	Copa EGF de futsal: * 02 (dois) árbitros; * 01 (um) mesário.

2.1.1 – Os pagamentos serão efetuados com base nos preços unitários, multiplicados pela quantidade efetivamente realizada e comprovada.

2.2 – De acordo com a Secretaria de Finanças, os pagamentos serão efetuados até o **trigésimo dia** (30 dias) após a emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is), desde que o serviço tenha sido executado em total conformidade com o exigido no Edital.

2.2.1 – Os valores devidos à CONTRATADA, não sendo pagos no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do CONTRATANTE, serão corrigidos segundo a variação do IGP-M, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

2.3 – É requisito prévio para pagamento das faturas o envio à tesouraria do CONTRATANTE dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.3.1 – Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS, conforme **Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022**, e do ISS, conforme Decreto nº 28/2005.

2.3.2 – O Município procederá à retenção na fonte do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR quanto aos pagamentos efetuados à CONTRATADA, sempre que cabível, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 115/2022.

2.4 – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento desses encargos e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.5 – A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo CONTRATANTE.



2.6 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto ao Núcleo da Pagadoria (Secretaria de Finanças), o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante vencedora.

2.7 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.8 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.9 – As despesas referentes ao objeto do presente contrato serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias (vigentes e/ou subsequentes):

Secretaria	Dotação 2026
Secretaria de Esportes	2026/2520

### 3.0 – DOS PRAZOS E ENTREGAS

3.1 – O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, contados da data da última assinatura.

3.1.1 – Os preços poderão ser reajustados com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), ou por outro índice que venha a substituí-lo por meio de Decreto Municipal, mediante solicitação da Contratada, **observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta.**

3.1.2 – Quaisquer supressões ou acréscimos de quantitativos que porventura ocorram serão calculados pelos custos unitários da proposta inicial e mediante aditamento ao contrato.

3.1.3 – Havendo interesse entre as partes, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que observadas as condições estabelecidas neste termo e respeitados os dispositivos legais vigentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### 4.0 – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – A gestão e fiscalização exercerão controle com relação à qualidade dos serviços executados, através da(s) secretaria(s) competente(s).

4.2 – O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do artigo 14 do Decreto Municipal 23/2023.

4.3 – O fiscal do contrato será designado, pela autoridade do órgão ou entidade, mediante expedição de portaria, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, nos termos dos artigos 15, 16 e 17 do Decreto Municipal 23/2023.

4.4 – Quando não houver nomeação específica, mediante expedição de portaria, o gestor do contrato será o secretário da secretaria requisitante.

### 5.0 – DAS OBRIGAÇÕES

#### 5.1 – DO CONTRATANTE:

5.1.1 – Exigir o exato cumprimento do objeto e das cláusulas contratuais;

5.1.2 – Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto deste contrato;

5.1.3 – Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso;



5.1.4 – Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.6 – Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;

5.1.7 – Fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor ou de equipe de servidores, designado(s) mediante portaria.

## **5.2 – DA CONTRATADA:**

5.2.1 – Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.2.2 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o material e a mão de obra;

5.2.3 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 – Manter atualizados, junto ao Município, os dados cadastrais, com endereço completo, telefone e endereço de correio eletrônico (e-mail), dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, de modo a viabilizar as convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias;

5.2.5 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite legal;

5.2.6 – Executar o objeto com boa qualidade, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no edital e seus anexos;

5.2.7 – Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

5.2.8 – Ser responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

5.2.9 – Disponibilizar, sempre que necessário, equipamentos, ferramentas, materiais e pessoal devidamente habilitado para a execução do objeto;

5.2.10 – Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na execução do objeto, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e, por tudo mais que, como empregadora, deve satisfazer;

5.2.11 – Respeitar e exigir que o seu pessoal observe e respeite as normas sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's de segurança;

5.2.12 – Arcar com os custos de combustível e manutenção dos equipamentos que porventura necessite utilizar;

5.2.13 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2.14 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

5.2.15 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

5.2.16 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;



5.2.17 – Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas que antecedem a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.18 – Atuar no presente contrato em conformidade com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

5.2.19 – Indicar, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la junto ao CONTRATANTE, em tudo o que se relacionar com o objeto. Deverá, ainda, informar o(s) número(s) de telefone, o endereço de correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro meio de comunicação que permita a agilidade no contato para o atendimento.

5.2.20 – Respeitar os projetos, especificações e determinações da Fiscalização.

5.2.21 – Corrigir imediatamente qualquer serviço que for rejeitado pela Fiscalização, dentro dos critérios de medição e aceitação, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com as despesas de material e mão de obra envolvidas.

5.2.22 – Acatar prontamente as exigências e observações da Fiscalização, baseadas nas especificações e regras técnicas.

5.2.23 – Arcar com as despesas com taxas, licenças e regularizações nas repartições municipais, concessionárias e demais órgãos competentes.

## 6.0 – DAS PENALIDADES

6.1 – A CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 64/2025 e suas alterações, e neste contrato, nas seguintes hipóteses:

**I – Advertência**, nos termos do art. 9º do Decreto nº 64/2025, quando verificada a inexecução contratual parcial, de forma injustificada, sem que caiba imposição de penalidade mais grave.

**II – Multa**, aplicada nos termos do art. 13 do Decreto nº 64/2025, nas seguintes situações:

a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) do valor global do contrato, nos casos de descumprimento de obrigações acessórias ou por infrações administrativas leves;

b) Até 10% (dez por cento) do valor do contrato, nos casos de recusa do adjudicatário em reforçar garantia contratual;

c) Até 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato, nos casos de inexecução total, prática de fraude, declaração falsa, conduta inidônea ou entrega de objeto com vícios ocultos, entre outras hipóteses previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 64/2025.

§1º – A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulada com as demais sanções previstas neste contrato.

§2º – O valor da multa será recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, por meio de Guia de Recolhimento. O não pagamento no prazo acarretará a execução da garantia contratual, quando houver.

§3º – A reincidência, verificada pela repetição da infração nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores, implicará a majoração da multa em 50% (cinquenta por cento).

**III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Passo Fundo**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando constatado comportamento gravíssimo da contratada, com dolo ou fraude que comprometa a boa-fé objetiva nas contratações públicas.

6.2 – A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto nos arts. 158 a 160 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 64/2025.



6.3 – Caberá recurso da decisão que aplicar sanções administrativas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação do interessado.

6.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no Sistema Banco de Sanções da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme Portaria Normativa CGU nº 75/2023.

## **7.0 – DA CESSÃO**

7.1 – A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

## **8.0 – DO FORO**

8.1 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Passo Fundo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## **9.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 – As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

9.2 – A extinção do presente contrato observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

9.3 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 23/2023, na Lei nº 8.078/1990, pelas demais normas aplicáveis ao objeto e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

Este contrato será assinado digitalmente pelas partes, com validade jurídica nos termos da legislação vigente, produzindo os mesmos efeitos de um documento físico.

Passo Fundo, de 2026.

**MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**  
**Pedro Almeida**  
**Prefeito Municipal**

**EMPRESA CONTRATADA**  
**Nome**  
**Cargo**